



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**Informação n.º 88/2025-ULic**

**Porto Alegre, 30 de julho de 2025.**

**Ref.: Pregão Eletrônico n.º 27/2025 – PGEA n.º 00686.000.053/2025.** Alegação de descumprimento do subitem 4.3.1.10 do Termo de Referência, que não se confirmou. Esclarecimento da proposta consignado em ata do certame, após diligência do Pregoeiro. Saneamento da dúvida, em observância aos princípios do interesse público e da vantagem ao erário. Opinião pelo não acolhimento do recurso.

## **1. RELATÓRIO:**

Trata-se do Pregão Eletrônico nº 27/2025, que tem por objetivo a aquisição de 01 (uma) aeronave remotamente pilotada (RPA – drone), sem RTK, dotada de câmera térmica, zoom de 56x e com demais acessórios, garantia mínima de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Foram recebidas oito propostas, cuja ordem de classificação, após disputa, ficou assim estabelecida: Erik Luiz Farias Carvalho (CNPJ 41.388.052/0001-64), Idea Tecnologia Ltda (CNPJ 24.575.752/0001-49), DASP Comercio e Serviços Tecnológicos Ltda (CNPJ nº 52.918.773/0001-55), Thads Serviços Ltda (CNPJ nº 27.120.037/0001-00), Drone P. Comércio e Manutenção de Drones Ltda (CNPJ nº 42.986.974/0001-36), 57.523.155 Djevertton Fabio Berwig (CNPJ nº 57.523.155/0001-20), AK Importação e Exportação Ltda (CNPJ nº 41.348.737/0001-87), e Infoshop41 Teleinformática Ltda (CNPJ nº 09.441.686/0001-20).

As propostas foram abertas e a disputa transcorreu com regularidade. Após, a proposta melhor classificada foi encaminhada para análise da área técnica do órgão, que respondeu afirmando que o produto atende aos requisitos exigidos no certame.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Ao final, restou habilitada a empresa Erik Luiz Farias Carvalho (CNPJ 41.388.052/0001-64).

A empresa Idea Tecnologia Ltda manifestou intenção de recorrer e, no prazo legal, interpôs suas razões recursais.

Houve entrega de contrarrazões pela recorrida.

Foi publicada a Informação nº 80/2025-Ulic, no site do Portal Compras do BANRISUL, contendo diligência em recurso administrativo dirigida à empresa melhor classificada (recorrida), que foi atendida no prazo concedido, mediante registro em ata do certame.

Era o que cabia relatar.

Passa-se à análise do procedimento.

## II. DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO:

A irresignação da empresa IDEA TECNOLOGIA LTDA – ME (CNPJ nº 24.575.752/0001-49) merece ser recebida e analisada, porque foi manifestada oportunamente no curso da sessão, bem como suas razões foram entregues em 18/07/2025, ou seja, durante o prazo concedido no sítio eletrônico do Banrisul (15/07/2025 18:00 até 18/07/2025 23:59).

Logo, foram atendidas as disposições do artigo 165, I, b c/c §1º, I da Lei 14.133/2021).

## III. DO MÉRITO DO RECURSO:

**Preambularmente,** reputa-se pertinente discorrer sobre o cabimento e a necessidade da diligência realizada na etapa recursal, que teve por objetivo esclarecer se a proposta final englobava a bateria extra solicitada no subitem 4.3.1.10 do Anexo I – Termo de Referência – do Edital.

Ocorre que a Lei nº 14.133/2021 determina que sejam observados princípios de gestão pública e governança no que diz respeito aos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

procedimentos de contratação (art. 11) <sup>1</sup>; daí provém o poder-dever do pregoeiro buscar alcançar os objetivos da licitação, pautando-se pela justa competição, pela busca da contratação mais vantajosa e pelo combate ao formalismo exagerado.

Inclusive, a atual Lei de Licitações permite que após a habilitação sejam apresentados documentos em diligência para complementação de informações (Artigo 64, I). E este entendimento já era consagrado na lei anterior, pois o art. 43, § 3º da Lei nº 8.666 /93 possibilitava à comissão de licitação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

Portanto, seguindo a orientação legal, é recomendável a realização de diligência sempre que for vislumbrada a possibilidade de esclarecimento da proposta, sem implicar na alteração da sua substância e validade jurídica; pois, como leciona o Professor Adilson Dallari, a *“licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de edital”*.

A possibilidade de obtenção de esclarecimento ampara-se no interesse público pela contratação mais vantajosa e no repúdio ao formalismo exagerado, cuja prática é recorrentemente aceita pela jurisprudência dos tribunais, em especial pelo Tribunal de Contas da União:

*“Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprovatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua*

<sup>1</sup> Lei n. 14.133/2021.

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

*proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.”(Acórdão nº 1.211/2021 do TCU).*

### No mesmo sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. Decisão agravada que indeferiu a liminar que visava a suspender o procedimento licitatório . Pretensão da impetrante à reforma. Descabimento. Preliminares suscitadas pelo impetrado-agravado. Ausência de perda do objeto recursal, pois o pedido deduzido pela recorrente envolve, também, obstar a execução do contrato administrativo na hipótese de o procedimento licitatório ter chegado ao fim . Necessidade, no entanto, de integração do polo passivo da demanda, para incluir a empresa vencedora na qualidade de litisconsorte passiva necessária (Súmula 631 do STF). No mérito, não há, prima facie, ilegalidade do ato administrativo impugnado. Possibilidade de a Administração promover diligência destinada a complementar a instrução do processo (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e art. 64, I, da Lei 14.133/2021). Mecanismo idôneo voltado a aproveitar as melhores propostas para a Administração Pública, cujo descarte precipitado, isto sim, poderia acarretar prejuízo econômico para o órgão contratante . Presunção de legitimidade dos atos administrativos não ilidida. Decisão mantida. Recurso desprovido, com determinação. (TJ-SP - AI: 21519920820228260000 SP 2151992-08 .2022.8.26.0000, Relator.: Heloísa Martins Mimessi, Data de Julgamento: 07/11/2022, 5ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 08/11/2022).

**Quanto ao mérito,** a recorrente aduz, em síntese, que a proposta da recorrida deixou de atender ao disposto no subitem 4.3.1.10 do edital, pois não descreveu os acessórios que acompanhariam o produto, notadamente no que diz respeito à exigência de uma bateria extra. Afirmou que a não descrição do item impediu uma correta aferição da proposta, gerando incertezas quanto ao atendimento do objeto do certame. Debateu-se pela violação dos princípios da legalidade, isonomia e vinculação ao instrumento convocatório. Pediu a inabilitação da empresa ERIK LUIZ FARIAS CARVALHO e a adjudicação do objeto segundo a ordem de classificação, quando atendidas as exigências legais.

Em contrarrazões, a recorrida refutou os argumentos, dizendo textualmente o que segue:

“Da Conformidade da Proposta com o Edital

A proposta apresentada por esta recorrida contempla todos os itens exigidos no Termo de Referência, incluindo a bateria extra mencionada no item 4.3.1.10 do termo de referência. A ausência de menção explícita na descrição resumida do catálogo anexo não compromete o cumprimento da exigência, haja vista que:

- O compromisso de fornecimento integral do objeto foi assumido na proposta vinculante;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- A análise da proposta pela Administração atestou a conformidade integral com o edital.
- Consta na proposta a menção ao KIT de acessório, conforme termo de referência”

Após, em resposta à diligência, a empresa consignou em ata a seguinte informação:

22/07/2025 17:58:03 - **For4:** Em atenção ao questionamento formulado acerca do atendimento ao subitem 4.3.1.10 do Anexo I – Termo de Referência – do Edital, esclareço que o valor ofertado na proposta final engloba, sim, a bateria extra solicitada, além da bateria principal que acompanha o equipamento (drone). Ressalto que a proposta contempla uma unidade do drone acompanhada da respectiva bateria principal, bem como uma bateria extra adicional, conforme expressamente exigido pelo referido subitem do Termo de Referência, o que garante a conformidade integral com os requisitos técnicos estabelecidos no Edital pelo valor da proposta ora apresentada.

Lado outro, de acordo com os documentos apresentados a título de proposta final, a recorrida comprometeu-se com a entrega de um kit de acessórios, conforme termo de referência:

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA / MPRS - CNPJ 93.802.833/0001-87  
ANEXO II - FORMULÁRIO PARA A PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico n.º 27/2025      PGEA n.º 00686.000.053/2025

Data/Hora: 07/07/25 12:00  
Local: [www.pregaoepr.rs.gov.br](http://www.pregaoepr.rs.gov.br)

Fornecedor: Erik Luiz Farias Carvalho  
CNPJ: 41.388.052/0001-64  
Endereço: Rua Engenheiro Kramer de Lima, 106 | Parque São Pedro | Rio Grande/RS  
Telefone: (51) 991471140

| Item | Descrição   | Qtd | Unidade | Marca | Modelo          | Preço         | Total         |
|------|---|-----|---------|-------|-----------------|---------------|---------------|
| 1    | Aeronave Remotamente Pilotada (RPA - drone), dotada de câmera térmica, zoom de 56x + KIT de acessórios, conforme Termo de Referência. | 1   | Unidade | DJI   | Mavic 3 Thermal | R\$ 34.964,82 | R\$ 34.964,82 |

Especificações <https://enterprise.dji.com/pt-br/mavic-3-enterprise/specs>

Convém dizer, também, que a mesma redação constou na proposta inicial da recorrente e que o produto ofertado é mesmo, conforme documentos entregues no portal. Aliás, outras empresas que participam da licitação também ofertaram este equipamento.

Neste cenário, não é dado ao órgão presumir que o kit ofertado não contemplaria todos os itens exigidos em edital.

Resta, concluir, assim, que não há verossimilhança nas razões recursais, porque a alegada omissão na descrição da proposta não conduz a



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

potencial falha, que fosse capaz de comprometer a qualidade da proposta melhor classificada. E a diligência realizada atesta o contrário.

Desta forma, em observância aos princípios da vantajosidade e da razoabilidade, restando afastado qualquer formalismo exagerado, que é repudiado pelos órgãos de controle da Administração Pública, entende-se que a proposta atingiu seus objetivos, estando o licitante comprovadamente ciente da entrega dos itens descritos no subitem 4.3.1.10 do edital.

No ponto, é fundamental registrar que a ciência da obrigação da entrega do produto em conformidade com o edital constou em ata do certame, com a devida publicidade, e que qualquer alteração sujeitará o licitante à responsabilização, nos termos da lei.

#### **IV. Em razão do exposto, este agente OPINA:**

- (a) pelo CONHECIMENTO do recurso apresentado pela licitante IDEA TECNOLOGIA LTDA – ME (CNPJ nº 24.575.752/0001-49);
- (b) no mérito, pelo DESPROVIMENTO DO RECURSO, mantendo-se a decisão que aceitou a proposta da empresa Erik Luiz Farias Carvalho (CNPJ 41.388.052/0001-64), e posterior habilitação;
- (c) pela ADJUDICAÇÃO do objeto à licitante vencedora;
- (d) pela HOMOLOGAÇÃO da licitação.

*S.m.j.*, essas eram as informações consideradas relevantes para subsidiar a análise e decisão da Autoridade Superior Competente.

Era o que havia a informar.

**Porto Alegre, 01 de agosto de 2025.**

*Luis Antônio Benites Michel,*  
Pregoeiro.

Documento assinado digitalmente por (verificado em 06/08/2025 15:58:00):

Nome: **Luis Antonio Benites Michel**

Data: **06/08/2025 15:11:28 GMT-03:00**

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A conferência de autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico:

**"<http://www.mprs.mp.br/autenticacao/documento>"**

informando a chave **000047330540@SIN** e o CRC **39.8937.2804**.

1/1